Apresentação

As palavras iniciais desta Apresentação bem que poderiam ser as mesmas utilizadas para apresentar o número anterior. Isso porque a situação do mercado de trabalho manteve, entre junho e setembro, as principais características que marcaram a sua evolução nos primeiros meses do ano: um crescimento da ocupação acima das expectativas, considerando-se o clima de incerteza e as dificuldades por que vem passando a economia, e a elevação da taxa de desemprego, provocada pelo aumento da taxa de participação das pessoas no mercado de trabalho. Em relação a este último ponto, cabe ressaltar a importância que a situação da região metropolitana de São Paulo teve nos resultados de setembro, registrando a maior taxa de desemprego de sua história segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e, em razão do tamanho do seu mercado de trabalho, afetando decisivamente os números relativos ao conjunto das regiões metropolitanas.

No que se refere à evolução dos rendimentos, vale a pena transcrever o comentário feito no número anterior deste Boletim: "...Quanto aos rendimentos médios reais, a ligeira reação havida em abril poderia gerar uma expectativa de início de reversão de seu processo de queda, mas as turbulências do cenário externo não autorizam, contudo, a sustentação dessa hipótese." De fato, embora a reação referida tenha se prolongado até o mês de maio, nos três meses que se seguiram voltou a ser observado o mesmo comportamento, que, salvo curtos intervalos, vem produzindo perdas progressivas no poder de compra dos rendimentos do trabalho.

Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas, não há dúvida de que nos últimos anos, após a mudança do regime cambial, o dinamismo do mercado de trabalho tem sido muito maior do que o observado em 1997-1998, período em que a estagnação da demanda chegou a colocar para as políticas públicas de emprego questões que, em grande medida, estavam fora do seu próprio escopo.

Buscando desenvolver uma reflexão sobre o caminho percorrido na sua implementação e analisar também as perspectivas que se descortinam a partir desse balanço, a seção Opinião dos Atores deste número coloca como tema de debate os desafios que se apresentam hoje para o Sistema Público de Emprego e para o conjunto de políticas que são a sua razão de ser. A equipe do Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Simone Lopes, assessora da CNI no Codefat, Enilson Moura e Danilo Marinho, pela SDS, e José Paulo Chahad, da USP, trazem suas visões sobre as questões essenciais contidas nesse balanço e apontam as linhas prioritárias a serem perseguidas na nova etapa que está para se iniciar, a partir das diversas óticas que a inserção institucional de cada um favorece.

Das quatro notas técnicas deste número, três delas abordam também o tema das políticas públicas do mercado de trabalho. Na primeira, Graziela Ansiliero, Leonardo Neves, Luis Henrique Paiva, Marcos Maia Antunes e Roberto Gonzalez, gestores em exercício no MTE, contribuem com sua visão de técnicos e servidores públicos, apresentando de forma mais extensa o panorama atual desse conjunto de políticas. Na seqüência, Alessandro Passos e Rogério Nagamine Costanzi, também gestores no MTE, focalizam sua análise nas políticas de geração de emprego e renda, enquanto a terceira nota, de autoria de Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho, apresenta, no plano metodológico, as principais questões envolvidas no desafio de avaliação das políticas públicas.

Por último, a quarta nota, de natureza distinta das anteriores, consiste em uma análise do mercado de trabalho da região metropolitana de Curitiba, também com dados da PME/IBGE, informações que se agregam à visão que este Boletim elabora a partir da realidade das seis regiões que são usualmente divulgadas pelo IBGE.